

Dinâmicas políticas dos países africanos de língua portuguesa

Franz-Wilhelm Heimer

1

Contrariamente a uma tradição que ainda subsiste de forma residual, especialmente fora da esfera académica, a África Lusófona constitui tudo menos uma unidade homogénea e coesa, qualitativamente diferente da restante África Subsaariana. É certo que os cinco países têm comum o facto de terem sido colónias portuguesas e de, sob do impacto da ocupação pela mesma metrópole colonial, compartilharem algumas características, das quais a mais saliente é o uso da língua portuguesa. Já no tempo ocupação colonial, as diferenças entre os territórios foram porém notáveis², acentuando-se ainda mais no período pós-colonial³. Considerar a África Lusófona como “unidade de análise” faz, por conseguinte, sentido apenas no caso de algumas poucas abordagens, específicas e limitadas.

Não é por este caminho que o presente estudo pretende enveredar. Elaborado no quadro de um amplo projecto de investigação sobre “As recomposições dos espaços políticos na África Lusófona”⁴, propõe-se uma comparação entre as dinâmicas dos cinco países, mas ao mesmo tempo com as de outros países africanos, com o intuito de fazer ressaltar melhor comunicações e especificidades. A perspectiva é a do projecto todo, ou seja, a da política tal como ela é vivida pelas respectivas sociedades, tanto a nível das práticas

¹ Esboço preliminar de uma comunicação a ser apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 16 a 16 de Setembro de 2004.

² Ver p.ex. Clarence-Smith 1985

³ Ver p.ex. Chabal 2002

⁴ Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado pelo autor e realizado no quadro do Centro de Estudos Africanos – ISCTE de Lisboa. O estudo aqui ensaiado apoia-se nos estudos de caso elaborados por outros investigadores do projecto, todos nacionais do respectivo país, na literatura relevante bem como em 224 entrevistas realizadas pelo autor (em parte em comum com Elisete Marques da Silva) nos cinco países, durante sete estadias, de um total de cerca de oito meses, efectuadas entre Julho de 2001 e Abril de 2004., na sequência de uma vintena de estadias iniciada em 1967.

como a nível do pensamento social⁵. Nesta perspectiva “*bottom up*” não se trata de analisar nem o edifício político formal e institucional, nem a história política “acontecimental”, nem as personalidades políticas destacadas. Ao invés, a preocupação é com a “lógica” do político que envolve e domina a sociedade no seu conjunto.

Nestes termos, registam-se entre os países diferenças significativas desde o momento em que acederam à independência política, e isto a pesar do rótulo comum de “socialistas” ou até “marxistas (-leninistas)” que lhes deram os regimes instaurados numa primeira fase, ou que lhes foi atribuído mundo afora não apenas pelo discurso comum, mas também por correntes académicas⁶. Não é, porém, este período que a seguir se vai examinar, mas o período que, nos próprios países, é frequentemente designado como “IIª República”, ou seja, a fase presente, iniciada no fim dos anos 80 pelas transições para sistemas de democracia pluripartidária e de economia de mercado. De maneira extremamente sucinta e esquemática, vão assim esboçar-se, caso a caso, as lógicas que se cristalizaram nos cinco países desde o começo dos anos 90, e as dinâmicas daí resultantes⁷.

Angola tem vindo a integrar-se, já desde fins dos anos 80, no grupo de países africanos cujo protótipo histórico foi o Zaire de Mobutu Sese Seko, e que inspirou o subtítulo de uma obra recente: “A desordem como instrumento político”⁸. Esta constatação refere-se à maneira como o espaço político dominante foi estruturado enquanto a guerra civil ainda decorria e foi, inclusive, instrumentalizada para o processo. Constituiu-se neste período como “actor social colectivo” dominante um segmento complexo de detentores do poder político e económico, onde é possível distinguir um núcleo central, vários núcleos secundários e um grande número de indivíduos agregados. A lógica deste segmento - cujo poder assenta no controlo do aparelho (administrativo, militar, económico) do Estado e do antigo partido único, o MPLA, majoritário desde a passagem, em 1992, para um sistema pluripartidário - concentra-se naquilo que em linguagem marxista se poderia chamar a sua “reprodução alargada”, ao arropio de muitas das normas oficialmente propagadas e das racionalidades internacionalmente consagradas. Por outras palavras, por uma prática a que a obra atrás referida chama “da desordem”⁹, e cujo significado concreto será desnecessário explicar a quem tem vivido a Angola das últimas décadas. Podemos aqui limitar-nos a apontar para as duas vertentes constitutivas: a obtenção de benefícios materiais e curto e médio prazo, e a manutenção no poder¹⁰.

⁵ Este termo é tributário da psicologia social cognitiva, concebida como psicologia do social, e compreende o conjunto das representações (ou cognições) sociais, dos valores e das avaliações, das atitudes afectivas e conativas. Ver Vala & Monteiro 2004, Flick 1998 e, com respeito ao pensamento social sobre o político, Heimer *et alii* 1990.

⁶ Ver a série “Marxist Regimes”, publicada pela editora Printer Publishers (Londres & Nova Iorque) nos anos 80, que incluiu volumes sobre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique & São Tomé e Príncipe.

⁷ Como é óbvio, este processo teve raízes na respectiva “Iª República”, no período de ocupação colonial e nos casos dos três países situados no continente mesmo em períodos anteriores. Neste estudo não é, no entanto, possível considerar estas linhas históricas.

⁸ Veja Chabal & Daloz, 1999.

⁹ Convém salientar que os autores a apresentam como uma lógica alternativa, praticada em boa parte de África, e que teria o mérito de “funcionar” em circunstâncias onde a “ordem” internacionalmente postulada não seria viável. Um dos reparos a fazer a esta obra é o de que são apresentadas como típicas e exclusivos de África características amplamente difundidas em todas as partes do globo.

¹⁰ Os trabalhos de investigadores como Alexactus Kaure, André Sango, Christine Messiant, David Birmingham, Fernando Andresen Guimarães, George Wright, Gerald Bender, Keith Somerville, Manuel

O que fica subentendido, mas que será oportuno salientar, é que esta forma de estruturar o espaço político exclui, na prática, e presença activa de outros actores sociais¹¹, o que é facilitado pelo facto de só uma única vez, em 1992, ter havido eleições. O único actor social com alguma efectividade na esfera do político, já desde os anos 80. foram as igrejas cristãs, inicialmente mais as protestantes, depois mais a católica¹². Na segunda metade dos anos 90, acrescentaram-se-lhes outros mecanismos da “sociedade civil”, desde associações e ONGs até uma certa imprensa livre¹³. E desde o início dos anos 90, constituíram-se mais de 130 partidos políticos, dos quais uma dezena tem assento no parlamento, mas a sua importância real é globalmente bastante limitada, e no caso da grande maioria praticamente nula.

A esmagadora maioria da população não tem, por conseguinte, um estatuto efectivo de cidadão, e à sua “exclusão política” corresponde uma muito acentuada “exclusão social”¹⁴. Situação de que tem uma nítida percepção, e que resulta predominantemente numa atitude de rejeição expressa em termos explícitos ou “codificados”¹⁵.

Embora a constituição angolana estipule um sistema de democracia representativa¹⁶, a lógica dominante tem como consequência que a realidade vivida está longe deste modelo. A participação política é extremamente baixa e selectiva, a transparência é pouca, a separação dos poderes em boa parte fictícia, a legitimação do poder por eleições regulares não é praticada. A imbricação entre política e economia é estreita, e constitui uma condição essencial para que o funcionamento desta última desafie, na maior parte dos casos, as regras fundamentais da economia de mercado.

Há sem dúvida aspectos da política angolana que não seguem a dinâmica aqui esboçada, mas sem até hoje pôr em causa o seu domínio hegemónico. Tal facto é tanto mais notável como o fim da guerra civil, em começos de 2002, deu origem à expectativa generalizada de que marcaria o início de uma mudança rápida e incisiva da lógica política dominante. Decorridos dois anos sobre aquele marco histórico, somos porém forçadas de constatar que em termos daquela lógica as continuidades prevalecem de longe sobre as rupturas e mesmo sobre as alterações graduais. É certo que há “paz de tiros”, e que o “universo paralelo”¹⁷ construído pela UNITA de Jonas Savimbi deixou de existir, havendo deste modo, pela primeira vez depois do acesso à independência, um espaço político nacional congruente com o território de Angola. Mas é certo também

Ennes Ferreira, Michael Offermann, Nelson Pestana, Nuno Vidal, Peter Meyns, Tony Hodges e outros, muito diferentes entre si, constituem suportes importantes para este diagnóstico. Veja também os relatórios publicados pelas ONGs Global Witness, Human Rights Watch e International Crisis Group bem como do Christian-Michelsen-Institute de Bergen/Noruega, do Fundo Monetário Internacional e do Sistema das Nações Unidas em Angola.

¹¹ As coordenadas básicas da “formação social territorial” angolana, saídas da fase de ocupação colonial, são esboçadas em Heimer 1979. Estas coordenadas persistem no seu essencial até hoje. Sobre o conceito de “formação social territorial”, e o seu uso em estudos africanos, ver Heimer 2002.

¹² O único actor social com alguma efectividade na esfera do político foram durante anos as igrejas cristãs, inicialmente mais as protestantes, depois mais a católica. Veja Schubert 2000 e Domingos 2003.

¹³ Ver Pestana 2003.

¹⁴ Ver Carvalho 2004 e Rodrigues 2004. A desigualdade social em Angola é, neste momento, provavelmente uma das mais altas do mundo.

¹⁵ Resultados das entrevistas realizadas pelo autor em 2001 e 2003. Ver também AIP 2003.

¹⁶ Ver Gueses *et alii* 2004.

¹⁷ Ver Milando

que a dinâmica política continua por enquanto a ser fundamentalmente a que existia na fase anterior.

Não quer isto dizer que Angola se encontra, em termos de dinâmica política, num estado por assim dizer “congelado”. Ao contrário: nos últimos anos, e especialmente desde 2002, acumulam-se os sinais de uma mudança em gestação. No seu conjunto, estes sinais, não raramente (ao menos em aparência) contraditórios, não parecem apontar para uma direcção clara. No seio do segmento no poder, a ponderação, algumas vezes conflituosa, entre as vantagens comparativas de uma manutenção da lógica actual e de uma opção por uma democracia e economia “neo-liberais” parece longe de uma conclusão clara. Na população, especialmente nas camadas urbanas mais jovens, observa-se um processo lento mas aparentemente consequente de uma cultura política diametralmente oposta à lógica actual. E os impactos políticos da “reconquista” do território nacional pela economia informal, e em diferido e de forma hesitante pela economia formal, ambas durante a guerra civil concentradas no litoral e algumas cidades do interior, não parecem até à data previsíveis.

Mocambique, o país africano de língua portuguesa cuja trajectória pós-colonial está melhor estudada¹⁸, pertence àquela categoria de países africanos que inclui casos como o dos Camarões e da Zâmbia, onde todas as características referidas no caso de Angola também estão fortemente presentes, mas não configuram um domínio linear e absoluto da “lógica da desordem”. Um segmento dominante existe, mas está menos sedimentado e coeso, e com uma capacidade mais limitada para impor o seu controlo, inclusive no âmbito do partido no poder, nos aparelhos do Estado e no poder judiciário. A nível nacional, mas também a nível regional e local há outros actores sociais com uma capacidade real ou potencial de intervenção na esfera do político¹⁹. Estes actores não apenas manifestam interesses divergentes dos do segmento dominante, como veiculam exigências e desenvolvem práticas que reflectem o desejo de uma ordem democrática efectivamente baseada nos valores políticos fundamentais²⁰, e de uma racionalidade transparente da governação. E, apesar das reservas que se impõem em relação aos moldes em que se realizaram, as repetidas experiências eleitorais, e os primeiros casos locais de uma alternância no poder resultantes das recentes eleições autárquicas, criaram na população e nos detentores do poder a consciência de que uma mudança pelo voto é possível mesmo a nível do poder central - onde, como em Angola, o antigo partido único, aqui a FRELIMO, saiu vencedor das duas eleições nacionais entretanto organizadas, acusando até hoje uma nítida tendência para, fundamentalmente, manter a

¹⁸ Veja p. ex. os trabalhos de Adolfo Yáñez-Casal, Allen & Barbara Isaacman, Anne Pitcher, António Almeida Serra, António Manganhele, Barry Munslow, Bernardo Ferraz, Bernhard Weimer, Bertil Egerö, Carlos Serra, Carrie Manning, Célia Nunes, Chris Alden, Christian Geffray, Eduardo Siteo, Elísio Macamo, Fernando Florêncio, Fernando Jorge Cardoso, George Harrison, Georgij Derlugian, Hans Abrahamsson & Anders Nilsson, Iraê Lundin, João Cabrita, João Gomes Cravinho, John Saul, José Fialho Feliciano, José Negrão, Joseph Hanlon, Luís de Brito, Malyn Newitt, Merle Bowen, Michel Cahen, Patrick Harris e Tom Young. Veja também Santos & Trindade 2003.

¹⁹ Trata-se não apenas de actores sociais institucionalizados, como partidos políticos, comunidades religiosas e ONGs, mas também de redes informais de elementos pertencentes às elites intelectuais, administrativas e empresariais, sem esquecer as “autoridades tradicionais” fortemente presentes nas sociedades rurais. Sobre estas últimas veja Florêncio 2003.

²⁰ Os valores políticos da liberdade, da igualdade, da participação, do bem-estar social, da segurança, da dignidade (individual e colectiva) e da existência de um “projecto societal” acusam uma alta saliência em Moçambique. Veja Heimer & Silva 2002 onde se apresentam os resultados preliminares de uma investigação confirmada pelas pesquisas de Gabriel Mithá Ribeiro em 2003 e pelo autor em 2004.

postura de um partido único²¹. Ora, a possibilidade de a oposição ganhar as eleições nacionais marcadas para fins de 2004 tem vindo a obrigar o poder central cada vez mais a esforços para adquirir uma legitimidade derivada de uma prática política respeitadora dos valores e interesses das sociedades moçambicanas - e o “funcionamento normal das instituições democráticas”, para usar uma expressão consagrada. E embora também em Moçambique a imbricação entre poder político e económico seja bastante acentuada, passando por uma instrumentalização do aparelho de Estado e do partido majoritário²², a prática não é, como em Angola, função quase absoluta do anseio por benefícios materiais a curto prazo, por parte do segmento dominante. Embora falte bastante para que a população moçambicana tenha alcançado uma situação de cidadania plena, verificam-se neste domínio desde já avanços graduais em comparação com Angola. Ao mesmo tempo, os poderes locais, “tradicionalistas” ou não, têm um peso crescente, embora certamente não proeminente, no processo político global. A imprensa livre desempenha uma comparável ao que tem em Angola. Os mecanismos da “sociedade civil” têm uma visibilidade globalmente menor, mas algumas ONGs dispõem de espaços de acção relativamente consideráveis. O conjunto dos indicadores aqui reunidos parece justificar a hipótese de que em Moçambique a dinâmica política é já neste momento qualitativamente diferente da prevalecente em Angola, e a probabilidade (não a certeza) de um encaminhamento para um sistema de maior participação popular e para uma lógica ao serviço da maioria da população é mais alta do que naquele país.

A **Guiné-Bissau** representa em inícios de 2004 um dos casos em que a transição do mono- para o pluripartidarismo resultou num processo onde se afigura neste momento impossível identificar uma direcionalidade clara²³ - de certo modo comparável à situação de outros países africanos afectados por profundos abalos, como a Serra Leoa, a Libéria e a Somália. Desde a independência do país, houve uma sequência e/ou sobreposição de diferentes “transições” que na sua soma fizeram o país chegar perto do colapso enquanto unidade política (e também económica e social)²⁴. Na esfera política regista-se uma multiplicidade de actores sociais, individuais e colectivos - estes últimos muitas vezes definidos em termos étnicos, religiosos, regionais ou de outras afinidades - , sendo notável a pouca importância de actores institucionais. Da interacção entre estes actores não parece emergir uma estrutura definida do espaço político, embora se possam assinalar tendências como a da personalização do poder, um rigor cada vez menor na observância das normas em princípio estabelecidas e o desaparecimento da participação activa de boa parte da população que, desde antes de acesso à independência, tinha sido uma das imagens de marca da Guiné-Bissau. Não parece haver, como nos outros países referidos, uma desagregação generalizada do Estado, mas sim um definhamento e uma informalização, enquanto persiste uma capacidade significativa de auto-regulação da parte de muitas das sociedades rurais. Na sociedade urbana, nomeadamente na capital,

²¹ Como 1992 em Angola, o resultado da primeira eleição em Moçambique explica-se em boa parte pela pouca credibilidade do partido saído da “oposição armada”, aqui a RENAMO, em Angola a UNITA. Sobre a segunda eleição em Moçambique pairam sérias suspeitas de uma manipulação dos resultados.

²² Veja o estudo de caso desenvolvido em Garcia 2004.

²³ Os estudos de Cardoso 1996, 2002., Forrest 1992, Galli & Jones 1987, Koudawo, 2001, Paulini 1984, Rudebeck 2001, Schiefer 1986 e Temudo 1998 ilustram bem as dificuldades de uma análise do processo em curso. Veja também o número especial da revista *Soronda*, de 2002.

²⁴ As pesquisas do autor, realizadas em Março de 2003, evidenciaram este perigo não apenas a nível das práticas (institucionais, grupais e individuais), com também a nível das atitudes: foi notável o “desânimo”, muitas vezes acompanhado por uma baixa auto-estima, entre as pessoas em princípio preocupadas com o país. Atitudes estas que contrastaram drasticamente com as observadas pelo autor em inícios de 1979.

começou desde os anos 90 a evidenciar-se uma vertente “de desordem”, de índole semelhante à assinalada para Angola e Moçambique, mas obviamente a numa escala muito mais reduzida, condizente com a dimensão limitada do país e a escassez dos seus recursos. Estas tendências acentuaram-se em consequência da guerra civil (com intervenção de outros países africanos) que eclodiu em fins dos anos 90, bem como durante a presidência de Kumba Ialá, que se seguiu à guerra e durou até inícios de 2004. É decididamente muito cedo para um diagnóstico das mudanças e continuidades resultantes da recente queda de Kumba Ialá, e da “reconstrução nacional” entretanto empreendida.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe possuem ambas estruturas sociais radicalmente diferentes das formações sociais territoriais do continente africano, e incomparavelmente menos complexas. Ambos caracterizam-se pela sua insularidade e pequena dimensão bem como por uma extrema escassez de recursos, agravada por sistemas - diferentes entre si - de exploração colonial. Ambos são, finalmente, países onde o acesso à independência não foi precedido por uma guerra anti-colonial no próprio território.

Dos dois países, Cabo Verde é naturalmente o mais estudado, inclusive com respeito à dimensão política²⁵. Pode hoje afirmar-se que não é apenas do ponto de vista formal que constitui, na África Lusófona como na África sub-saariana em geral, um caso paradigmático de transição pacífica de um sistema monopartidário para uma democracia representativa e pluripartidária. É na prática deste último sistema que se evidencia, por um lado, um escrupuloso respeito pelo “funcionamento normal das instituições”, e por outro lado, uma passagem efectiva do caboverdiano de um estatuto de súbdito colonial para o de cidadão²⁶. A ambos os títulos, é notável a existência, para além do espaço político nacional, de espaços políticos locais, constituídos em autarquias. A alternância no poder nacional e local, essencialmente entre dois partidos, PAICV e MpD, tem até à data impedido a constituição de um segmento social dominante, em termos políticos e económicos, e são bastante raros as manifestações de veleidades “de desordem”. Esta dinâmica toda, que sem dúvida se presta a reparos, tem sido essencial para a gestão de um país que continua a não dispor de recursos próprios suficientes para garantir a sua sobrevivência, e que por conseguinte é forçado a, permanentemente, mobilizar recursos externos - desde remessas de emigrantes até investimentos privados e, mais importante ainda, doações concedidas a título de cooperação para o desenvolvimento.

Para o caso de São Tomé e Príncipe dispomos até à data de dois estudos de vulto²⁷ que demonstram que as meras descrições do sistema político formal, também aqui o de uma democracia pluripartidária que sucedeu sem grandes sobressaltos a um regime monopartidário, pouco revelam das configurações efectivas do espaço político. Contrariamente a Cabo Verde, o funcionamento institucional deste regime tem sido bastante instável, e - a pesar das eleições relativamente frequentes - atitudes e comportamentos das pessoas tem frequentemente estado menos conformes ao conceito de cidadania, e mais a tradições de um clientelismo baseado em redes múltiplas e muitas

²⁵ Veja p.ex. os trabalhos de Antóno Carreira, António Correia e Silva (2001), Aristides Lima, Basil Davidson, Cláudio Furtado, Colm Foy, Elisete Marques da Silva, Fafali Koudawo (2001), João Estêvão, Leila Leite Hernandez (2002), Manuel Brito-Semedo, Manuela Afonso, Marie Paule de Pina, Marzia Grassi, Michel Lesourd (1995), Nelson Eurico Cabral, Virgílio Correia.

²⁶ Veja Mamdani 1996.

²⁷ Veja Seibert 2001 e Carvalho 2002.

vezes sobrepostas. Até à data, esta “não dinâmica” tem impedido uma resposta consistente ao desafio de uma situação, ainda mais acentuada do que a caboverdiana, em que a sobrevivência do país não pode ser garantida por meios próprios. Entretanto, a perspectiva recente de São Tomé e Príncipe vir a beneficiar de uma “renda petrolífera” que, dada a pequena dimensão do país, é suposta aumentar os seus recursos de forma quase vertiginosa, já começou a provocar processos sociais, económicos e políticos cuja resultado será seguramente uma dinâmica política inteiramente nova, por ora impossível de se prever.

Os poucos elementos aqui apresentados outra coisa obviamente não são do que ilustrações de uma perspectiva em que é possível captar as dinâmicas políticas nos países africanos de língua portuguesa. Embora em termos inevitavelmente redutores, terão permitido ilustrar a pertinência das hipóteses de partida - a saber, a existência de diferenças qualitativas, nalguns casos menos marcadas do que noutros, entre as dinâmicas políticas dos cinco países, e a necessidade, para os três países situados no continente africano, de estudos comparados com os países não lusófonos.

Bibliografia

AIP (Instituto de Pesquisa Económica e Social) (2003), “Relatório final [de uma inquérito à escala nacional, sem indicação de título, sobre o pensamento social dos angolanos sobre o político]”, disponível em www.iri.org como “Angola Baseline Polling Assessment”.

Cardoso, Carlos (1996), *A transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Cardoso, Carlos (2002), *A formação da elite política na Guiné-Bissau*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos.

Carvalho, Arlindo Afonso de (2001), “Os constrangimentos estruturais do processo de desenvolvimento social em São Tomé e Príncipe: Interferência mútua entre os espaços político e económico”. Dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa

Carvalho, Paulo Horácio de Sequeira e (2004), “Exclusão Social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda”, dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE, Lisboa

Chabal, Patrick & Jean-Pascal Daloz (1999), *Africa Works: Disorder as political instrument*, Oxford: James Currey & Bloomington: Indiana University Press.

Chabal, Patrick (2002), “Lusophone Africa in historical and comparative perspectiva”, in: *id. & alii, A History of Postcolonial Lusophone Africa*, Londres: Hurst & Co., pp. 3 - 134.

Clarence-Smith, Gervase (1985), *The third Portuguese empire, 1825-1975: A study in economic imperialism*, Manchester: Manchester University Press.

Domingos, Nelson (2003), “A Igreja Católica como mecanismo de sociedade civil em Angola”, dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.

Forrest, Joshua (1992), *Guinea-Bissau: Power, conflict and renewal in a West African Nation*, Boulder: Westview Press.

Flick, Uwe (1998) (org.), *The Psychology of the Social*, Cambridge: Cambridge University Press

Florêncio, Fernando (2003), “As autoridades tradicionais vaNdau, Estado e política local em Moçambique”, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.

- Galli, Rosemary & Jocelyn Jones (1987), *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*, Londres: Frances Printers Publishers.
- Garcia, Francisco (2004), “Burocracia e poder: o caso da indústria pesqueira em Moçambique”, dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1979), *Der Entkolonisierungskonflikt in Angola*, Munique: Weltforum Verlag (versão abreviada em português: *A processo de descolonização em Angola, 1974 – 1976: Ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980).
- Heimer, Franz-Wilhelm & Jorge Vala, José Manuel Leite Viegas (1990), “Cultura política: Uma leitura interdisciplinar”, in: *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 9 – 28.
- Heimer, Franz-Wilhelm (2002), “Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, pp. 153-159
- Heimer, Franz-Wilhelm & Elisete Marques da Silva (2002), “Culturas políticas em Angola e Moçambique: Elementos para uma agenda de investigação”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, pp. 27-37
- Hernandez, Leila Leite (2002), *Os filhos da terra do sol: A formação do Estado-Nação em Cabo Verde*, Rio de Janeiro: Selo Negro & Livraria Cultura.
- Koudawo, Fafali (2001) *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Lesourd, Michel (1995), *État et société aux îles du Cap-Vert*, Paris: Karthala.
- Mamdani, Mahmood (1996), *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Kampala: Fountain Publishers & Cidade do Cabo: David Philip & Londres: James Currey.
- Milando, João (2003), “O desenvolvimento participativo em contextos institucionais advers: Aspectos africanos”, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- Nicolau, Vítor Hugo (2002), “Dinâmicas globais, dinâmicas locais e reconstrução política em África: O caso do Zimbabwe”, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- Paulini, Thomas (1984), *Guinea-Bissau: Nachkoloniale Entwicklung eines Agrarstaates*, Göttingen: Herodot.
- Pestana, Nelson (2002), “L’État en Angola: discours et pratiques”, dissertação de doutoramento em ciência política, Université de Montpellier.
- Pestana, Nelson (2003), *Dinâmicas da sociedade civil em Angola*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos – ISCTE.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2004), “Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda”, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- Rudebeck, Lars (2002), *Colapso e reconstrução política na Guiné Bissau, 1998-2000: Um estudo de democratização difícil*, Upsala: Nordiska Afrikainstitutet
- Schiefer, Ulrich (1986), *Guiné-Bissau zwischen Weltwirtschaft und Subsistenz*, Bona: Informationsstelle Südliches Afrika.
- Schubert, Benedict (2000), *A Guerra e as Igrejas: Angola 1961-1991*, Basileia: Schlettwein.
- Seibert, Gerhard (2001), *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Veja.

Santos, Boaventura de Sousa & João Carlos Trindade (orgs.) (2003), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*, 2 vol., Porto, Afrontamento.

Silva, António Correia e (2001), “O Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma sociologia política [de Cabo Verde]”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 1, pp. 53-68

Temudo, Marina Padrão (1998), “Inovação e mudança em sociedades rurais africanas: Gestão de recursos naturais, saber local e instituições de desenvolvimento induzido. Estudo de caso na Guiné-Bissau”, dissertação de doutoramento em engenharia agrónómica, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Vala, Jorge & Maria Benedicta Monteiro (2004) (orgs.), *Psicologia Social*, 6ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian